

Revista de História e Memória mantida por grupos de pesquisa em História sediados nas universidades federais do Rio Grande do Norte (UFRN) e de Sergipe (UFS) e nas universidades Regional do Cariri (URCA) e do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



Vovó Cici é uma mestra que difunde as narrativas que leu, ouviu, aprendeu e vivenciou. | Imagem: Divulgação/[Brasil de Fato](#)

Descontinuar para reconstruir – Resenha de *Reparação: Memória e reconhecimento*, organizado pelo Instituto Ibirapitanga e pela historiadora Luciana da Cruz Brito

Ana Carolina B. Pereira (UFBA)

Resumo: *Reparação: Memória e reconhecimento*, organizado por Luciana da Cruz Brito e pelo Instituto Ibirapitanga, visa discutir os desafios da reparação afrodiaspórica. Aponta-se a ausência de temas como racismo algorítmico. Destaca-se a articulação entre memória, justiça racial e experiências políticas transnacionais.

Palavras-chave: reparação; racismo; memória; Movimento Negro.

Lançado em junho de 2025, o livro *Reparação: Memória e reconhecimento*, organizado por Luciana da Cruz Brito e pelo Instituto Ibirapitanga, é uma coletânea com vários(as) autores(as), entre intelectuais brasileiros(as) e estrangeiros(as), professores(as), ativistas dos movimentos negros, quilombolas e membros da sociedade civil. Esta é uma obra dedicada ao tema e aos desafios da reparação para a população afrodiáspórica, tendo em vista os desdobramentos da declaração produzida durante a Conferência de Durban em 2001, na qual a Organização das Nações Unidas reconheceu a escravidão e o tráfico de africanos como crimes contra a humanidade. Um dos principais objetivos da obra é analisar o ganho político que este reconhecimento significou para países como o Brasil que, tradicionalmente, nega o racismo como fenômeno que é tanto gerador e mantenedor de riqueza e de privilégios, quanto produtor e perpetrador de pobreza, violências e desigualdades. Sem, no entanto, se restringir ao caso brasileiro, as reflexões e debates apresentados na coletânea têm caráter e alcance transnacionais.



A coletânea reúne os debates realizados durante o Seminário Memória, Reconhecimento e Reparação, que aconteceu no Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), no Rio de Janeiro, nos dias 12 e 13 de setembro de 2023. O evento foi organizado pelo Instituto Ibirapitanga, com a curadoria de Luciana da Cruz Brito, historiadora especialista nos estudos sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos, professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e autora dos livros *Temores da África: segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista* (EDUFBA 2016) e *O avesso da raça: escravidão, abolicionismo e racismo entre os Estados Unidos e o Brasil* (Bazar do Tempo, 2023). Quanto à estrutura, a obra redistribui, em oito capítulos e uma apresentação, os temas das rodas de conversa ocorridas durante o evento e a mesa de abertura com a anciã do terreiro Ilê Axé Opô Aganjú, Ebomi Cici de Oxalá, também conhecida como Vovó Cici. À apresentação e aos capítulos somam-se uma introdução, assinada pelo Instituto Ibirapitanga, um posfácio, assinado por Luciana da Cruz Brito, e informações sobre os(as) autores(as), em ordem alfabética. Ainda em relação à estrutura, ao final de cada capítulo e demais tópicos que compõem a obra, encontramos ilustrações da artista visual Mayara Ferrão, e os QR Codes que dão acesso a vídeos com momentos de destaque de cada uma das oito rodas de conversa podem ser consultados na parte final do livro.

A diversidade das trajetórias e formas de atuação dos(as) convidados(as), bem como das temáticas abordadas durante o Seminário convergem para o tema da reparação em direções diferentes, porém complementares. Nesse sentido, é possível ensaiar uma sistematização da obra em torno dos seguintes eixos: reparação simbólica, reparação econômica, reparação e democracia, e reparação e violência policial. Todos esses eixos orbitam em torno da questão central que é a continuidade da violência do regime escravista, que se expressa na forma de um racismo estruturante, permanentemente atualizado e renovado.

O eixo da reparação simbólica congrega inúmeras reflexões e debates sobre a centralidade da memória como elemento de ancestralidade e resistência. O simbólico, neste caso, nomeia o movimento de “repor conexões entre fragmentos”, sistematizado por Salloma Salomão, ou o “entroncamento de reparação com memória”, descrito por Edson Lopes Cardoso, para quem “a primeira reparação é o resgate de quem somos” (p. 55). A reparação simbólica está também no saber reconhecer as origens e as diferenças entre a cabeça rasta-fári e as tranças dos orixás, narrado por Ebomi Cici de Oxalá; nas tecnologias de preservação da memória ancestral por meio de uma peculiar forma de silêncio, analisada por Conceição Evaristo; na “oralização das escrituras” e no adestramento da língua portuguesa, como arquitetado por Antônio Bispo; ou ainda, na mudança onomástica estratégica de uma geração de ativistas que nomearam seus filhos e filhas com nomes africanos, como testemunha Edson Lopes Cardoso.

A reparação simbólica também resulta da ação do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras como sujeito coletivo, conforme destaca Vilma Reis, e na promoção de políticas de suporte à memória, como menciona Justin Hansford. Em todos esses casos, a reparação simbólica sintetiza diversas estratégias de enfrentamento da “polícia da memória”, esta que se expressa, por exemplo, na reação racista e supremacista ao *1619 Project*, desenvolvido por Nikole Hannah-Jones, assim como na prisão de Galo de Luta após queimar o monumento do Borba Gato. Vale destacar, contudo, que a associação entre reparação simbólica e memória ancestral não deve resultar em uma imposição, como alerta Alex de Jesus em relação à população negra evangélica que, embora não cultue ancestrais nem necessariamente se nutra de memória histórica, experimenta as dores da racialização e do racismo no interior das igrejas, como memória sociológica.

A ação dessa “polícia da memória” conecta o eixo da reparação simbólica aos demais: reparação econômica, da reparação e democracia, da reparação e violência policial. No primeiro caso, observa-se a conexão a partir da fala de Ana Maria Gonçalves sobre o problema da cobrança por direitos de imagem de pessoas escravizadas por institutos e coleções particulares. Como afirma a escritora, trata-se de um contrassenso e falta de ética de sujeitos que “já lucraram com a escravidão [...] e continuam lucrando agora” (p. 194). O debate sobre reparação econômica, como alerta Vilma Reis, também parte do reconhecimento de que, no Brasil, as fontes de riqueza e poder político concentram-se nas mãos dos homens brancos, realidade também visível em Salvador, onde esse segmento representa apenas 7,8% da população. A reparação econômica também integra os dois níveis da compensação financeira analisados por Justin Hansford e perpassa a discussão sobre a origem do dinheiro que financiará as agendas de reparação, exemplificada pelo debate sobre a venda de *Cannabis* como principal fonte de arrecadação. Isso implica reconhecer que a guerra contra as drogas sempre foi, na verdade, uma guerra contra pessoas negras. Embora as vidas ceifadas nessa guerra racialmente motivada sejam irreparáveis, o Estado deve reparar os danos causados pela violência que impactam a família e toda a comunidade ao redor, danos que se convertem, por exemplo, em fonte de problemas de saúde física e psíquica, traumas e estresse psicológico com efeitos de longo prazo. Por isso, Vilma Reis afirma que, para a população negra, a reparação significa repartir o recurso.

A reparação simbólica conecta-se também ao debate sobre reparação e democracia, na medida em que a interdição da memória como estratégia de dominação racial explicita a dinâmica da branquitude “que se confunde com a modernidade, que se confunde com o capitalismo, que se confunde com a ordem natural das coisas” (p. 87), como analisa Fernando Baldraia, e com isso mascara o próprio privilégio racial responsável por elevá-la aos lugares mais altos da hierarquia social. É nesse sentido que Alex de Jesus, ao responder à pergunta “o que deve a branquitude?”, afirma que deve mundos, na medida em que essa estrutura de dominação foi e segue sendo responsável pela destruição de vários mundos. A conexão entre reparação simbólica e democracia também está presente na discussão desenvolvida por Lia Schucman sobre a necessidade de criar uma pactuação em todas as instituições brasileiras em torno do reconhecimento da escravidão e do racismo como crimes praticados e perpetrados pelo Estado, de modo que a reparação não seja facultativa, mas obrigatória. Essa parece ser a base do argumento apresentado por Edson Lopes Cardoso, segundo o qual a reparação é essencial e estratégica para o destino político do Brasil, na medida em que não há democracia sem que as regras do jogo sejam iguais. Isso significa que a reparação “é de interesse da nação brasileira como um todo” (p. 84).

Finalmente, a reparação simbólica conecta-se com o tema da violência policial na medida em que é preciso enfrentar as contradições decorrentes do fortalecimento das políticas públicas de educação e cultura, de um lado, e da manutenção da violência policial, de outro. Juliana Borges analisa que a contradição está em construir uma dinâmica que “avança com políticas de ações afirmativas, mas [...] assassina esses jovens favorecidos pelas políticas” (p. 224). O tema da reparação simbólica associado ao problema da violência policial também é desenvolvido por Mônica Cunha ao referir-se a uma virada política decorrente da ocupação, por parte de familiares de vítimas da violência policial, especialmente mães que perderam seus filhos. A parlamentar menciona os lugares e posições estratégicas que ocupa, mas também outros, como os de promotoras, defensoras ou juízas. Essa virada política ocorre no momento em que, desses lugares, as mães e familiares das vítimas falam por si próprios, encabeçando e impulsionando prioridades compatíveis com suas experiências de dor, revolta e demanda por justiça restauradora.

Como se pode notar, a obra *Reparação: Memória e Reconhecimento* reverbera a estrutura e a dinâmica do Seminário ocorrido no MUHCAB, distante do formato dos congressos tipicamente acadêmicos que tendem a tematizar a escravidão como objeto de pesquisa histórica. Como pretendeu Luciana da Cruz Brito, o evento fez ecoar as experiências de iniciativas de memória e política fora do Brasil, de modo a conectar-se e dialogar com as experiências de intelectuais, ativistas e membros da sociedade civil que, no Brasil, têm se dedicado aos desafios da reparação. Embora o Seminário não tenha incorporado em suas discussões os desafios contemporâneos impostos pelos fenômenos do colonialismo digital e de dados, do racismo algorítmico e do crescimento escandaloso do poder dos magnatas das Big Techs, todos brancos e alinhados à extrema direita, acena para a continuidade do debate, com o potencial de ampliá-lo.

As discussões desenvolvidas durante o Seminário Memória, Reparação e Reconhecimento, publicados na coletânea aqui apresentada, não apenas cumpriram, como extrapolaram, os

objetivos que motivaram a organização do evento. Durante os dois dias de atividades, discutiu-se sobre a importância da memória como fundamento para a construção de uma agenda de reparação comprometida com os direitos da população negra no Brasil e no mundo. Também foi realizado um importante trabalho de resgate da agenda política do Movimento Negro, destacando as suas conquistas e alguns de seus desafios futuros. Além disso, cumpriu-se também com a intenção de evidenciar que a agenda de reparação é um tema de abrangência internacional, com um repertório de lutas políticas acumuladas por décadas e com a contribuição de lideranças negras de todo o mundo. A obra tem ainda o mérito de apresentar um balanço das lutas e atualização das pautas políticas a partir da interlocução e escuta de novas lideranças e de lideranças negras que estiveram presentes na Conferência de Durbin (2001), África do Sul, considerada um marco histórico para agenda política do Movimento Negro. Como se pode notar, trata-se de uma obra fundamental para o debate sobre as relações étnico-raciais, bem como para a discussão e construção de agendas de reparação para a população afrodiáspórica. Nesse sentido, a leitura desta coletânea é recomendada para pesquisadores(as), ativistas, lideranças políticas e demais interessados(as) no debate sobre os diferentes polos que integram as relações raciais, em consonância com uma agenda antirracista.

Referências

BRITO, Ibirapitanga e Luciana da Cruz (Org.). *Reparação: memória e reconhecimento*. São Paulo: Fósforo, 2025.

Sumário de *Reparação: Memória e reconhecimento Pós-verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake News*

Introdução | Instituto Ibirapitanga

Apresentação | Ebomi Cici de Oxalá

Raízes da memória negra: ancestralidade e resistência no silêncio e na voz | Conceição Evaristo, Antônio Bispo dos Santos e Tássia Mendonça

Nada os trará de volta: políticas de reparação e seus limites | Edson Lopes Cardoso, Salloma Salomão e Ynaê Lopes dos Santos

O que deve a branquitude? Memória como dispositivo de poder | Lia Vainer Schucman, Alex de Jesus e Fernando Baldráia

Memórias de luta: reparação já! Da política de cotas à garantia plena de direitos | Fernanda Thomaz, Valdecir Nascimento, Vilma Reis e Selma Dealdina

Da memória à reparação: caminhos de reconhecimento da dívida histórica | Justin Hansford e Nathália Oliveira

Justiça racial e violência: enfrentando o legado da escravidão | Juliana Borges, Mônica Cunha e Luciana da Cruz Brito

Memória, reconhecimento e reparação: pensando futuros negros possíveis | Nikole Hannah-Jones e Bianca Santana

Pós-fácio: Sobre a importância vital e revolucionária de lembrar | Luciana da Cruz Brito

Sobre os autores e autoras
Vídeos do Seminário
Referências bibliográficas
Índice de termos para busca
Notas

Resenhista



Ana Carolina Barbosa Pereira é doutora e mestra em História (2013) pela Universidade de Brasília (UnB) e graduada em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Realizou estágio pós-doutoral no Department of Art History and Communication Studies/McGill University, em Montreal-Canadá (2021) e ensina Teoria e Metodologia da História dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Entre outros trabalhos, publicou [Potential history: eading artificial intelligence from indigenous knowledges](#), [Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História](#) e [Na Transversal do Tempo: natureza e cultura à prova da História](#). ID Currículo LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4175947823804402>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7874-9631>; redes sociais; e-mail: anabpereira@ufba.br.

Para citar esta resenha

BRITO, Ibirapitanga e Luciana da Cruz (Org.). *Reparação: memória e reconhecimento*. São Paulo: Fósforo, 2025. 292 p. Resenha de: PEREIRA, Ana Carolina. Descontinuar para reconstruir. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 6, n. 28, p. 17-22, mar./abr., 2026.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remigação, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).